

[Passagem extraída do livro *Muitas vidas*, de Hugo Mazzilli (pai de Hugo Nigro Mazzilli), publicado pela Editora Juarez de Oliveira, S. Paulo, 1998, p. 229-261, referente à vida e à atuação pública de Ranieri Mazzilli, ex-Presidente da República]

Meu irmão Ranieri

Ranieri, nascido em 27 de abril de 1910, fez o curso primário no Grupo Escolar de Caconde, que atualmente tem o nome de *Escola de Primeiro Grau Dr. Cândido Lobo*.

Iniciou o segundo grau no Ginásio do Estado na Capital do Estado de São Paulo e o concluiu sob regime de exames parcelados no Colégio Brasil de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais. Foi nessa ocasião que conheceu Sylvia Pitaguary Serra, de quem se tornou noivo e com quem viria a casar-se em 1933. O casal teve três filhos: Maria Lúcia, Luís Guilherme e Luís Henrique.

A Revolução Constitucionalista

Em princípios de 1932, fora Ranieri nomeado Coletor Federal em Taubaté (SP). Permaneceu no exercício do cargo por poucos meses apenas, em virtude de ter-se alistado para participar da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Passou a integrar o *Batalhão Sete de Setembro*, que iniciou sua campanha em Guaxupé (MG). Também meu cunhado Hermeto Donnabella, farmacêutico, pertencia ao mesmo batalhão, como soldado combatente.

Já com a patente de 1º tenente, integrou Ranieri a Comissão de Negociação que se dirigiu a Muzambinho

(MG), afim de parlamentar com autoridades mineiras, das quais era esperada adesão ao movimento constitucionalista.

Nessa ocasião, o Governador de Minas Gerais — aliado do Governo Federal — determinou a prisão dos componentes da Comissão. Esse fato, entretanto, não chegou a consumir-se, apenas porque Ranieri era amigo íntimo de João Leite, filho do político mineiro Dr. Licurgo Leite, pessoa de largo prestígio e liderança, que intercedeu como conciliador, junto aos militares governistas ligados ao governo federal, e, assim, conseguiu a permissão de retorno dos oficiais paulistas às suas unidades.

Retirando-se de Guaxupé, foi a tropa deslocada para uma posição que ficou conhecida como *Região do Túnel*, no Vale do Paraíba (SP). Passou a ocupar localidades onde se travaram violentos combates, principalmente em Batedor, Engenheiro Bianor e Engenheiro Neiva, onde foi mortalmente ferido o mais graduado oficial do Batalhão 7 de Setembro — seu Comandante Ayres, que veio a falecer na cidade de Aparecida do Norte (SP).

Nessa frente de combate, Ranieri Mazzilli foi promovido ao posto de Capitão, por merecimento.

A vida pública de Ranieri

Em setembro de 1932, ao término da Revolução, foi Ranieri exonerado do cargo de coletor federal de Taubaté, em virtude de ter tomado armas contra o Governo Federal.

Nos primórdios de 1933, passou a residir com sua esposa em São Paulo. Foi um dos fundadores da revista *Boletim Fiscal*, especializada em assuntos tributários e fiscais de âmbito federal. Dela chegou a ser diretor administrativo e articulista.

Nesse ínterim, retomou o curso de Direito na Faculdade de Niterói (RJ), pela qual se diplomou. Seu trabalho na revista fiscal abriu-lhe campo específico para

aprimorar seus conhecimentos em matéria pertinente ao fisco federal.

Diante da anistia concedida pelo Governo Federal aos Constitucionalistas de 1932, em 1935 Ranieri veio a ser reconduzido ao serviço público federal. Passou a ficar lotado na 1ª Coletoria de Sorocaba (SP), onde permaneceu por período de quatro anos.

Nessa ocasião, lecionou na Escola de Comércio daquela cidade, na cadeira de Economia. Nessa área de conhecimento, passou a ter reconhecido mérito. Isso propiciou-lhe convite para implantar novos métodos de trabalho na Recebedoria de Rendas do Distrito Federal, sediada na Capital do País — à época, a cidade do Rio de Janeiro. Recebeu, subseqüentemente, como reconhecimento pelo êxito de sua atividade, a nomeação para Diretor dessa repartição.

Os bons resultados alcançados justificaram sua condução ao cargo de Secretário de Finanças do Distrito Federal. A seguir, foi nomeado Diretor do Imposto de Rendas e, depois, Chefe de Gabinete do então Ministro da Fazenda Dr. Guilherme da Silveira.

Esta nova posição, que já envolvia conotação política, abriu-lhe novas perspectivas. Permitiu sua postulação, com sucesso, à candidatura de Deputado Federal. Iniciou, assim, sua carreira pública, de forma inusitada, sem ter percorrido antes os postos políticos de menor hierarquia.

Sua primeira eleição deu-se com a expressiva cifra de 17.571 votos, que, para o eleitorado então existente, correspondia a significativa vitória. Integrava o Partido Social Democrático — PSD, em cuja legenda passou a ser o segundo mais votado.

Logo no primeiro ano de seu mandato, integrou a Comissão de Orçamento da Câmara e, no segundo mandato, tornou-se presidente dessa comissão, condição que teve longa duração.

Todavia, o que merece maior referência é sua eleição, em 1958, para a Presidência da Câmara dos Deputados, alcançada em memorável disputa contra o candidato governista.

Foi sucessivamente reeleito até se completarem sete anos ininterruptos no cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, fato único, até hoje, em nossa história republicana.

A Presidência da República

Em razão de ocupar a segunda posição na hierarquia sucessória da Presidência da República, Ranieri exerceu o mais alto cargo do Poder Executivo federal por cinco vezes, a primeira das quais, quando o Presidente Juscelino Kubitschek viajou para Portugal.

A propósito de sua posse na Presidência da República, é oportuna a citação de Helio Vianna, que consigna: “Foi o Sr. Paschoal Ranieri Mazzilli o primeiro filho de imi-

grantes não portugueses a ocupar a Presidência da República do Brasil”⁴.

A primeira vez que Ranieri assumiu a Presidência foi em 4 de agosto de 1960. No dia 9, acompanhado de comitiva da qual fazia parte seu chefe de cerimonial, o primo e amigo Vicente Paulo Gatti, viajou para a Capital paulista.

Nessa ocasião, foi recebido no aeroporto pelo Governador Carvalho Pinto. Dirigiu-se então ao Palácio dos Campos Elíseos, onde assinou mensagem endereçada ao Congresso Nacional, pela encaminhou projeto de lei que abria crédito especial de dois bilhões de cruzeiros, para a necessária duplicação da Rodovia Presidente Dutra.

Depois dessa cerimônia, retornando ao aeroporto de Congonhas, seguiu de avião, com sua comitiva, para a sede da Fazenda Itaiquara, onde houve almoço oferecido pelo proprietário Sr. João Batista de Lima Figueiredo. Em seguida, cumpriu Ranieri seu desejo de homenagear sua cidade natal. Dirigiu-se com sua comitiva para Caconde, de automóvel, e assistiu, de início, a solene *Te Deum*, ocasião em que se achava a Igreja Matriz literalmente ocupada.

A propósito da ida a Caconde pelo Presidente Mazzilli, cabe referir artigo do competente jornalista Carlos Chagas, na época chefe da sucursal em Brasília (DF) de *O Estado de S. Paulo*, sob o título: *Quem é o substituto*⁵? Em determinado tópico, assim se expressou o articulista: “O escolhido não precisará chegar ao exagero do saudoso deputado Ranieri Mazzilli, presidente da República em dezenas de

4. Helio Vianna, *História do Brasil*, vol. III, p. 314, nota de rodapé n. 1.

5. Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 19 de abril de 1986, p. 4.

oportunidades; na primeira vez em que substituiu um chefe de governo, no caso, Juscelino Kubitschek, o parlamentar por São Paulo não teve dúvidas. Programou uma visita à sua cidade natal, Caconde, e lá desembarcou com toda pompa, cercado de ajudantes-de-ordem (*sic*) e usando a faixa presidencial sobre o paletó”.

No dia da publicação dessa nota, fiz uma ligação telefônica ao digno articulista, pois meu mano já havia falecido. Esclareci não ter havido uso da faixa presidencial naquela visita, e recebi de Carlos Chagas o pedido de que lhe fosse enviada correspondência versando sobre o assunto. Poucos dias após, atendido seu pedido, Carlos Chagas publicou novo artigo no mesmo jornal, assim redigido⁶:

“Xeque de Mazzilli — Escreve o médico Hugo Mazzilli para esclarecer que, mesmo tendo ido a Caconde, sua terra natal, no primeiro dia⁷ em que substituiu o presidente Juscelino Kubitschek na chefia do governo, seu irmão, o falecido deputado Ranieri Mazzilli, não levou com ele a faixa presidencial. — Um fato histórico — A carta serve, também, para uma revelação jamais publicada na imprensa. Vale dar a palavra, ou o texto, ao Dr. Hugo Mazzilli: Quando da apreciação, pelo Congresso, da emenda que instituiu o regime parlamentar, achava-se a proposição em segunda discussão e, ao final do almoço no apartamento de Ranieri, do qual participávamos minha cunhada Sylvia e eu, houve um chamado telefônico no ramal privativo. Eram os três ministros militares e o chefe do Gabinete Militar, General Ernesto Geisel, que solicitavam audiência reservada. Foram recebidos e o Marechal Denys, ministro do

6. Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição do dia 6 de maio de 1986, p. 3.

7. Como já registrei acima, aqui o jornalista se equivocou, pois sua posse se deu em 4 de agosto e a visita no dia 9.

Exército, expôs a razão da inesperada visita: as Forças Armadas não concordariam com a emenda parlamentarista, de sorte que, assegurada a ordem militar no País pelas providências já tomadas, o Congresso seria posto em recesso e ele, Ranieri Mazzilli, mantido na Presidência da República, pois merecia toda confiança e apoio. Argumentando de forma pausada, como lhe era peculiar, e com sincera convicção, Ranieri fez ver aos ministros que a legitimidade de sua posição de substituto eventual do presidente da República decorria de sua condição de parlamentar e presidente da Câmara. Fechado o Congresso, renunciaria ao cargo que estava exercendo de presidente da República. Não teria mais legitimidade nem desejaria nele permanecer, ainda que por breve período, à custa do derramamento de sangue. O episódio foi assistido por mim e por minha cunhada Sylvia”.

Cabe aqui um esclarecimento. Este último artigo de Carlos Chagas refere-se, sucessivamente, a duas substituições de Ranieri na Presidência da República; a primeira, em 1960, coincide com sua visita a Caconde (substituição a Juscelino Kubitschek); a segunda, em 1961, se deu quando da emenda parlamentarista, apresentada por ocasião da renúncia de Jânio, época em que Vice-Presidente Jango estava em viagem à China Comunista.

Quero enfatizar um ponto muito relevante, ligado a esta segunda vez em que Ranieri assumiu a Presidência da República.

O segundo artigo de Carlos Chagas, baseado em meu testemunho e publicado em maio de 86, relatou expressamente a posição contrária das Forças Armadas não só em relação à emenda parlamentarista como à posse do Presidente João Goulart. A notícia saiu em coluna de destaque num dos mais importantes jornais do País, época em que os

ministros militares Marechal Odilio Denys, Brigadeiro Grum Moss, Almirante Sylvio Heck e General Ernesto Geisel, este chefe da casa militar, ainda eram todos vivos. Jamais surgiu, entretanto, qualquer contestação, embora todos eles tivessem sido citados expressamente no episódio.

O relato destes acontecimentos, com os detalhes pertinentes, foi-me possível porque eu e minha cunhada Sylvia os testemunhamos pessoalmente. Com efeito, durante o encontro dos ministros militares com Ranieri, realizado no *living* de seu apartamento em Brasília, eu e minha cunhada estávamos numa sala contígua, destituída de porta, ansiosos na expectativa do desfecho, quando Sylvia ainda me disse: “Hugo, eles vão prender o Mazzilli!” ...

Vale a pena recordar que, minutos antes da visita, quando do chamado telefônico dos ministros militares, diversos políticos se achavam no apartamento de Ranieri, entre os quais, me recorro de José Martins Rodrigues, que era o Ministro da Justiça, os deputados federais Ulysses Guimarães, Pacheco Chaves e outros mais. Com a quase imediata chegada dos militares, todos estes foram conduzidos até a copa, cuja porta de acesso para a sala de jantar foi trancada com chave.

Além da minuciosa descrição dos fatos acima arrolados, constantes das duas publicações do jornalista Carlos Chagas, sou obrigado a referir-me a outros dois artigos jornalísticos, de autoria do emérito articulista Prof. Oliveiros S. Ferreira, diretor de *O Estado De São Paulo*, nos quais ele abordava o tema da renúncia de Jânio Quadros. É que meu veraz relato passou a ter valor histórico, dada a divulgação feita por um jornal da importância de *O Estado de S. Paulo*.

Fora bem amplo o noticiário acerca da posse de Ranieri na Presidência da República por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. A propósito, em edição mais recente do jornal *O Estado de S. Paulo*, na coluna *Destaque*, o Prof. Oliveira S. Ferreira, Diretor daquele matutino, assim se riu ao episódio: “*Os ministros militares do sr. Ranieri Mazzilli declararam que não dariam posse ao vice-presidente constitucional — só que não tinham ninguém para pôr em seu lugar, nem mesmo Mazzilli, de quem não gostavam*”⁸.

Em face dessa publicação, enderecei correspondência ao ilustre articulista, dando-lhe a correta versão dos fatos. Isso foi o bastante para que, em edição seguinte, saísse publicado artigo na mesma coluna e assinado pelo mesmo jornalista⁹.

Cumpre transcrever os seguintes tópicos desse artigo: “Os passos da renúncia — 7. Não pretendia escrever este número 7 da renúncia do sr. Jânio Quadros. Todavia, como se dizia antigamente, o homem põe e Deus dispõe. Dispôs na pessoa de dr. Hugo Mazzilli, irmão do então deputado Ranieri Mazzilli, que ocupou a Presidência da República a partir do dia 25 de agosto de 1961, quando o Congresso Nacional tomou conhecimento da carta renúncia do presidente Jânio Quadros.

“Tendo lido artigo em que faço referência às relações entre os ministros militares e o deputado Mazzilli, dr. Hugo julgou de sua obrigação escrever, esclarecendo episódio pouco conhecido e que muda minha idéia de que Denys, Heck e Moss não simpatizavam com o então presi-

8. Jornal *O Estado de S. Paulo*, ed. de 29 de abril de 1996, p. 4.

9. Jornal *O Estado de S. Paulo*, ed. de 6 de maio de 1996.

dente da Câmara dos Deputados. Creio que é documento importante não apenas porque retrata um clima político, como também porque ilustra comportamentos. Reproduzo a carta redigida pelo dr. Hugo Mazzilli nas partes essenciais: ‘Nessa ocasião, os ministros militares fizeram conhecer ao Congresso que não aceitariam a posse do vice-presidente eleito. Para contornar a crise, foi apresentada (...) a chamada Emenda Parlamentarista. *Já se achava a emenda aprovada em primeira discussão* (grifos meus, O.S.F.) quando os três ministros militares, acompanhados do general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, (...) solicitaram audiência urgente com o pedido de que dela nenhuma outra pessoa participasse. Ranieri os recebeu de pronto, logo após o almoço, em sua própria casa (*onde se encontrava dr. Hugo Mazzilli, que em companhia da esposa*¹⁰ *ouviu a conversa de uma sala contígua*).

“Foi o Marechal Denys quem pronunciou o veto dos militares à posse do vice-presidente e o fez, segundo minha memória, com palavras como estas: ‘Senhor presidente, as Forças Armadas não concordam com a posse do dr. João Goulart na Presidência da República, de tal sorte que providências já foram tomadas para assegurar a continuidade da ordem no País. O general Machado Lopes foi declarado rebelde e assim destituído do comando do 3º Exército; (...) o general Cordeiro de Farias se encontra em Florianópolis para controle das operações no Sul¹¹. Nas demais unidades militares do País, reina total tranqüilida-

10. Aqui o ilustre articulista se enganou ao interpretar passagem de minha carta. Eu me referia à presença de minha cunhada Sylvia, mulher de Ranieri, e não à minha própria esposa Maria Thereza.

11. Nossa carta, resumida na publicação acima referida, na verdade referia-se aos dois irmãos generais Cordeiro de Farias.

de. O Congresso Nacional será dissolvido e o senhor permanecerá na Presidência da República, merecendo integral apoio dos militares’.

“Seguiu-se profundo silêncio(...) Ranieri (...) ponderou, pausadamente, que sua situação de eventual ocupante do cargo de presidente da República decorria de sua condição legal de presidente da Câmara, e que, dissolvido que fosse o Congresso, não mais teria legitimidade para permanecer como chefe da Nação. Seguiu-se novo e prolongado silêncio, que foi rompido com a intervenção do General Geisel, ao reconhecer válida a argumentação de Ranieri.

“Depois de mais de uma hora de ponderações diversas, os três ministros militares acordaram em dar prosseguimento à votação da Emenda Parlamentar (*sic*), encerrando-se o episódio.

“O relato de dr. Hugo Mazzilli confirma análise geral que fiz do episódio: falta de planejamento estratégico, predominância do voluntarismo e absoluto descolamento dos três ministros militares da situação política real”.

O Golpe de 64

A terceira vez em que Ranieri assumiu a Presidência da República, em condições especialmente conturbadas do País, ocorreu em 2 de abril de 1964.

Era Presidente do Congresso Nacional o Senador Auro Soares de Moura Andrade. Em sessão extraordinária, convocada a uma hora da madrugada, o Congresso declarou vago o cargo de Presidente da República, dado que o então Presidente João Goulart encontrava-se fora do País — em local desconhecido. Em consequência, teve de assumir o poder o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Ato contínuo, um grupo de Congressistas, tendo à frente Ranieri Mazzilli, dirigiu-se ao Palácio do Planalto. Esse palácio, sede do Poder Executivo, situa-se próximo ao edifício do Congresso, na Praça dos Três Poderes. Intentava Ranieri tomar posse do cargo. Uma sentinela, postada à entrada principal do Planalto, pretendeu obstar a passagem dos parlamentares. Chegou a encostar sua arma contra o peito de Ranieri, o qual a afastou com a mão, e invocou sua condição de Presidente da República, felizmente respeitada pelo soldado.

Ranieri assumiu o mandato presidencial e permaneceu no cargo até o dia 15 de abril de 1964, quando o transmitiu ao Marechal Humberto Castelo Branco, escolhido para exercer a Presidência da República, em eleição indireta realizada pelo Congresso Nacional.

O regime militar e Ranieri

Não conseguiu Ranieri ser reeleito para a Presidência da Câmara, depois de completar o sétimo mandato consecutivo.

Já antevendo sua eventual candidatura ao Governo paulista, políticos da UDN (União Democrática Nacional) tinham interesse em inviabilizá-la, dado que, na época, representava Ranieri a mais expressiva liderança do MDB paulista. Registre-se que, entre os políticos udenistas, ocupava lugar de destaque o deputado federal paulista Herbert Levy, ele próprio postulante ao cargo de Governador por São Paulo.

Por outro lado, o Presidente Castelo Branco empenhou-se na abertura de um *IPM* (*inquérito policial militar*) contra Ranieri, no mesmo escopo de inviabilizar sua candidatura não só à Presidência da Câmara como à eventual sucessão paulista. O nomeado objeto do inquérito seria apurar irregularidades na arrecadação de fundos para a campanha de Ranieri como Deputado, que, segundo as acusações, teria feito *caixa 2*.

Recordo-me de que na fase que precedera a denúncia, fui procurado em Piaçagüera, onde trabalhava na Cosipa, pelo Dr. Olinto Guastini, advogado da empresa. Era comum que eu almoçasse com ele no restaurante da siderúrgica, mas, para surpresa minha, dele recebi a notícia de que o Procurador-Geral do Ministério Público paulista, Dr. Mário Moura Albuquerque, havia manifestado seu interesse em receber Ranieri em sua casa, para com ele conversar sobre o caso do *IPM*.

Recebi com desconfiança semelhante convite e o levei ao conhecimento de Ranieri, o qual julgou conveniente inteirar-se do assunto.

Fiz companhia a Ranieri, indo até à residência do Dr. Moura Albuquerque, na rua Angatuba, no dia e hora apazados, onde já se encontrava o Dr. Guastini.

Recebidos numa ampla sala de visita, tomamos assento em poltronas indicadas pelo anfitrião, enquanto permanecia ele em sua cadeira junto à mesa, de sorte que, para ser mantida a conversação, o tom de voz tinha de ser um pouco elevado, dadas as distâncias.

Disse o Dr. Moura Albuquerque, logo de início, que em sua casa já haviam estado, separadamente, o Se-

nador Auro Soares de Moura Andrade, então Presidente do Senado, e também o Deputado Ulysses Guimarães, os quais também estavam sendo objeto de investigações em *IPM*¹². Acrescentou, mais, que outro parlamentar, cujo nome não revelou, também estivera em sua residência, para conversar sobre o mesmo assunto, e chegara a oferecer dinheiro para ser trancado o processo referente a esse próprio parlamentar. Nesse instante, o Dr. Moura Albuquerque parou seu relato.

Ranieri limitara-se a ouvi-lo e, com toda dignidade e altivez, disse ao Procurador-Geral que nada tinha a temer, porquanto sua vida pública sempre fora exercida com a maior dignidade, sem deslizes ou prevaricações, tendo sua consciência tranqüila, para enfrentar qualquer investigação.

Dois dias depois do referido encontro, foi a denúncia oferecida pelo Ministério Público paulista, por promotor especialmente designado pelo Procurador-Geral.

Tenho às mãos cópias das principais peças do processo crime n. 962/64, da 22^a. Vara Criminal de São Paulo, que foi movido contra meu irmão. Nelas vejo que o Juiz de Direito Dr. Joaquim Rebouças de Carvalho Sobrinho, em decisão de 4 de abril de 1966, rejeitou liminarmente a denúncia, recusando-se até mesmo a solicitar a competente autorização da Câmara dos Deputados para o processo penal contra um de seus integrantes, tal a falta de justa causa para a ação penal. Destacou o Juiz que os funcionários que tinham acusado Ranieri no IPM, ouvidos no subsequente in-

12. Auro e Ulysses, assim como Ranieri, constituíam, na ocasião, os líderes da oposição ao governo militar de 1964, tanto que todos foram processados durante a ditadura.

quérito policial civil, negaram a veracidade e autenticidade às acusações, “informando essas testemunhas que haviam deposto sob coação, que seus depoimentos não lhes eram lidos, que os inquisidores (advogados do estado, Dep. Jur.) figuraram como testemunhas”. Por fim, destacou que a denúncia tinha total “ausência da descrição de qualquer fato concreto”.

O Promotor de Justiça designado recorreu da decisão, mas, no Recurso Criminal n. 107-SP, do Tribunal Federal de Recursos, o relator Ministro Oscar Saraiva, em voto acolhido pelos seus pares, consignou que “tem razão o ilustrado Dr. Juiz *a quo* ao se referir à inteira invalidação dos elementos de prova colhidos na Investigação Sumária efetuada na Delegacia Regional do Imposto de Renda e na Recebedoria Federal, em São Paulo, pela posterior retratação de todos quantos nessa investigação depuseram, e tal como consta do Inquérito Policial que a seguir à mesma foi levado a efeito, por iniciativa do próprio Ministério Público”.

Contra esta decisão, o Ministério Público — agora o Federal — interpôs recurso extraordinário, mas o Ministro Godoy Ilha, então Presidente do Tribunal Federal de Recursos, negou-lhe seguimento e destacou que o próprio Ministério Público local “repelira o inquérito militar, procedido com manifesta parcialidade e nas circunstâncias suspeitas referidas no voto do relator”.

O Ministério Público Federal ainda não ficou satisfeito. Interpôs o agravo de instrumento n. 42.911-SP, mas, em acórdão unânime de 3-6-68, relatado pelo Ministro Barros Monteiro, o Supremo Tribunal Federal confirmou o trancamento da injusta acusação contra meu irmão.

Lembro-me de que, concomitantemente com a acusação a Ranieri, e ainda em plena ditadura, foram oferecidas outras denúncias pelo Ministério Público paulista, envolvendo vários políticos de oposição, entre os quais cito Auro Soares de Moura Andrade, Ulysses Guimarães e o então Delegado do Tesouro em São Paulo, Paschoal Felício Violante. Este último foi arbitrariamente preso, para investigações, e permaneceu na base militar da Aeronáutica, em Cumbica, por prolongado período, submetido a interrogatórios que se prolongavam por várias madrugadas, em sessões de verdadeira tortura.

Em relação ao procedimento adotado contra Violante, o propósito em mira era obter dados que pudessem comprometer Ranieri Mazzilli, na investigação de eventual existência do prefalado *caixa 2*, que teria sido organizado por Violante, e que se destinaria a angariar doações entre os funcionários do fisco federal, para custear as despesas eleitorais, fatos inexistentes.

Foi Violante absolvido após prolongada luta judicial, durante a qual se manteve com a maior dignidade, tendo enfrentado o período de prisão com coragem e resignação invulgares¹³.

Não bastasse tudo isso, já havia sido articulada, para a Presidência da Câmara, a candidatura governista de Bilac Pinto — que mais tarde viria a ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. O Governo Federal fizera uma verdadeira cruzada em combate à reeleição de Ranieri. E, em votação histórica, transmitida voto a voto pelo rádio, o

13. O processo contra Violante ficou apensado ao de Ranieri, sob n. 962/64, na 22ª Vara Criminal da Capital.

candidato do governo sagrou-se vencedor, embora por pequena margem de votos.

Ranieri Mazzilli foi deputado federal durante quatro legislaturas. Em 1965, não conseguiu reeleição para novo mandato. Isso também se deveu ao tenaz combate do governo ditatorial da época.

Na fase de campanha política para conseguir sua reeleição em busca do quinto mandato, não alcançado, tive o ensejo de acompanhar Ranieri em quase todas as viagens às cidades paulistas visitadas. Todavia, raramente eram encontradas as pessoas procuradas, particularmente coletores e escritôes federais, pois as medidas tomadas pelas autoridades de Brasília eram taxativas quanto ao preparado absentismo, sempre anunciado por parentes dos funcionários, ao próprio Ranieri.

Éramos Ranieri e eu, além de irmãos que nos entendíamos bem, bons amigos. Assim, sempre foram de meu conhecimento detalhes de sua vida como político e, de minha parte nunca faltaram as necessárias colocações. Sempre estive presente em Brasília, nas situações de dificuldade, muitas vezes tendo até que atuar como médico, em razão da enorme solicitação e fadiga a que era Ranieri submetido.

Nessa última campanha, fiz-lhe ver que sua situação eleitoral era precária, pois que não se tratava de ser contra o governo e sim de ter o governo como adversário!

A União Interparlamentar

Há ainda um dado de muita expressão na vida pública de Ranieri. Trata-se de sua eleição para Presidente da União Interparlamentar, em outubro de 1962, em memorável reunião com a participação de 65 delegações de parlamentares de todo o mundo. Obteve mandato de três anos, ao final dos quais foi reconduzido, embora logo a seguir renunciasse, por não ter sido reeleito para a Câmara dos Deputados em 1965. Foi o único brasileiro a ocupar este honroso cargo.

Tributo a Ranieri

Ranieri Mazzilli faleceu prematuramente, em 21 de abril de 1975, em São Paulo, em virtude de complicações pós-operatórias.

Seu trabalho incessante e seu altruísmo e dedicação pela causa pública credenciaram-no como brasileiro de digna e irrepreensível postura, honrando seus ancestrais da península itálica e seu grande amor por Caconde, evidenciado pelas obras que construiu e para as quais concorreu com seu trabalho parlamentar, em favor de sua terra natal e do Brasil.

As homenagens póstumas prestadas a Ranieri Mazzilli, pela Câmara dos Deputados, constam de publicação oficial em libreto editado pelo Centro de Documentação e Informação — Coordenação de Publicações da Câmara em 1975.

No Pequeno Expediente do dia 23 de abril de 1975, foi apresentado o seguinte Requerimento:

“Senhor Presidente:

Requeremos, ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão ordinária da Câmara dos Deputados, devido ao falecimento do Sr. Ranieri Mazzilli, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, tendo exercido inúmeras vezes a Suprema Magistratura do País, destinando-se o Grande Expediente de uma das sessões da Câmara para as homenagens que lhe são devidas, comunicando-se o fato à família do extinto.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1975. — José Bonifácio — Laerte Vieira — Francisco Libardoni — Edison Bonna — Henrique Cardoso — Fernando Gama — Olivir Gabardo — Theodoro Mendes — Sínval Boaventura — Themistocles Teixeira — Gerson Camata — Raimundo Diniz — Jerônimo Santana — Eptácio Cafeteira — José Haddad — Antônio Ferraz — Darcílio Ayres — Hugo Napoleão — José Costa — Antônio Bresolin — Peixoto Filho — Herbert Levy — Ulysses Guimarães — Celso Barros — Antunes de Oliveira — Adhemar Santilo — Expedito Zanotti — Octacílio Almeida — Ernesto de Marco — Guaçu Piteri — Inocência Oliveira — Nereu Ghidi — Ary Kffuri — Norton Macedo — José Ribamar Machado — Murilo Rezende — Rômulo Galvão — Horácio Matos — José de Assis — Alacid Nunes — Ulysses Potiguar — Ney Lopes — Nunes Rocha”.

Faremos, em breve relato, a transcrição de curtos períodos de cada pronunciamento, na homenagem póstuma prestada a Ranieri pelos deputados federais.

O Sr. Antônio Bresolin — “Por isso, Sr. Presidente, considero esta uma das mais justas homenagens que a Câmara presta a esse homem que tanto soube engrandecer o Parlamento brasileiro. S. Ex.^a, nesta Casa, há de ser recordado sempre com saudade e sobretudo como exemplo dignificante de um Presidente que, no cumprimento do seu dever, soube colocar, acima de tudo, os interesses da nossa querida Pátria”.

O Sr. Peixoto Filho — “Nesta oportunidade que me é oferecida, em nome do Estado do Rio de Janeiro e, eventualmente, pela Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, rendo meu preito de saudade àquele que deu tudo de si pela união nacional, pela concordância, pela paz e que, acima de tudo, honrou sobremaneira as gloriosas tradições daqueles que exercitaram a Presidência da República e o mandato representativo”.

O Sr. Celso Barros — “E como a arte é longa e a vida é breve, apenas decorridos 15 anos da fundação de Brasília aquele que ligara seu nome aos destinos desta cidade fora-se de uma vez, deixando, aos Parlamentares brasileiros, exemplo de trabalho, de dignidade e também de sacrifício”.

O Sr. Gerson Camata — “Falamos, neste momento, como que em nome dos companheiros que não conviveram com ele, mas que dele guardam a figura de um brasileiro que é quase a figura do próprio Parlamento Nacional. Citamos ainda outro detalhe: ele encerrou sua vida pública quase que exercendo o apostolado de um homem destinado a absorver crises”.

O Sr. José Bonifácio — “Isto, porque, durante 7 anos seguidos, Mazzilli exerceu a Presidência da Câmara dos Deputados e eu o auxiliava, na qualidade de Primeiro-Secretário da Mesa.

“Mas os três pontos altos de sua vida pública — cumpre assinalar — foram os seguintes: primeiro, coube-lhe a transferência da Câmara dos Deputados, do Rio de Janeiro, para o Planalto Central; segundo sua posse na Presidência da República, quando da renúncia de Jânio Quadros; terceiro, sua substituição ao então Presidente João Goulart, quando da queda deste.

“Não fora sua atuação nos dias trágicos que o País vivia, da renúncia de Jânio à queda de Jango, estaríamos agora mergulhados em um caos profundo. Naquela oportunidade, sereno, intrépido, bravo e, sobretudo, forrado de grande patriotismo, S. Ex.^a impediu que o País se desagregasse numa guerra civil¹⁴... Foi então que Mazzilli cresceu na opinião pública nacional, porque soube, numa hora difícil, numa hora grave, contornar as grandes dificuldades que surgiram e impedir que a rota do desenvolvimento fosse interrompida. Entregou o Governo ao seu substituto legal”.

O Sr. Ulysses Guimarães — “Sr. Presidente, os adjetivos são dispensáveis. Bastaria ressaltar esta circunstância: a sua reeleição, praticamente por unanimidade, durante 7 anos sucessivamente para a Presidência desta Casa. E sabemos de seus méritos excepcionais, de sua autoridade e de sua capacidade de liderar esta Casa política em época de

14. Esta passagem, publicada no *Diário Oficial da União*, é clara alusão ao episódio por mim referido aos jornalistas Carlos Chagas e Oliveiros S. Ferreira. A propósito, v. notas de rodapé ns. 6 e 9, nas páginas 237 e 240, *retro*.

debates candentes, em que o Congresso — conseqüentemente também a Câmara — era o centro de decisões políticas apaixonadas, às vezes violentas e difíceis. Tal era a autoridade de Ranieri Mazzilli que nunca suspendeu uma sessão. A liderança de Carlos Lacerda e de outras figuras basta mencionar para que se demonstre, o que de profundidade, o mar revolto que era a Câmara dos Deputados. Mas este recurso extremo ele nunca precisou exercer. Sempre soube impor sua autoridade... É em homenagem à memória deste homem, deste brasileiro, deste parlamentar que neste momento, num justo preito, os trabalhos de hoje serão suspensos e a quem, dentro em breve, os Partidos e o Congresso Nacional prestarão a homenagem devida”.

O Sr. Lomanto Júnior — “Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados está de luto com o falecimento de seu antigo e excepcional Presidente Paschoal Ranieri Mazzilli... A História registrará, sem dúvida, os seus gestos. Esta Casa tem razões suficientes para recordá-lo constantemente e sua figura estará presente entre nós em todos os tempos. Sua passagem pelo recinto deste Parlamento foi luminosa. Sempre que exerceu a Presidência o fez com dignidade e patriotismo.”

O Sr. Theodoro Mendes — “Suas qualidades já foram aqui enunciadas pelos que me antecederam, mas eu não ficaria em paz com minha consciência se não deixasse registrada minha tristeza pelo desaparecimento de tão insigne brasileiro... Este paulista de Caconde, que o Brasil inteiro hoje pranteia, merece desta Casa e de todo o Parlamento brasileiro respeito, admiração e o preito de eterna gratidão”.

O Sr. Fernando Gama — “Sr. Presidente, nesta tarde triste, nesta tarde de luto para o País, vejo-me também

compelido a dizer algumas palavras sobre a figura ímpar de Ranieri Mazzilli... E quando ouvi as palavras de meu preclaro Presidente Ulysses Guimarães sobre o episódio de 64 — quando Ranieri Mazzilli assumiu a Presidência da República e declarava que não se despojará jamais de sua condição de membro do Congresso Nacional e que não postergaria, em hipótese alguma, a dignidade daquele poder — eu me senti emocionado e convencido de que o Brasil acaba de perder uma das suas maiores figuras”¹⁵.

O Sr. Antunes de Oliveira — “Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, entendo que a melhor maneira de homenagear alguém que tenha realizado algo de notável na vida é procurar seguir-lhe os exemplos. A vida do Deputado Paschoal Ranieri Mazzilli, cuja memória neste momento exaltamos, é uma vida de exemplos”.

O Sr. Padre Nobre — “Sr. Presidente, nobres colegas, Presidentes esta Casa os teve muitos, dignificando a cadeira que V. Ex.^a ocupa neste momento. Todos eles merecedores do nosso maior respeito; todos eles admiráveis, na compostura própria de sua autoridade. A ele, Sr. Presidente, não interessavam os louvores nem os aplausos, pois só tinha compromissos com esta Casa, não individualmente com qualquer um de nós. Entre os Presidentes que admirei, coloco-o em lugar especial de saudade, de respeito, de veneração e de dignidade”.

O Sr. Rubem Dourado — “Desejo, Sr. Presidente, registrar, humildemente, a nossa admiração pelo homem público que mantém, nas horas difíceis, o equilíbrio necessário para decidir. Disso Mazzilli foi um exemplo.”

15. Aqui o orador faz alusão, embora não explícita, ao episódio narrado na nota de rodapé n. 14.

Sr. Nunes Rocha — “Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento em que o Brasil inteiro chora a perda de um dos seus mais eminentes vultos, Paschoal Ranieri Mazzilli, aqui nos encontramos, em nome da bancada de Mato Grosso, para trazer nossa reverência e nossa mensagem de pesar, de profunda condolência, não somente à Nação como também, particularmente, à família Ranieri Mazzilli, por esta lacuna impreenchível no cenário político nacional”.

O Sr. Daso Coimbra — “Sr. Presidente, Srs. Deputados, morreu Ranieri Mazzilli. Morreu Mazzilli — e nós que choramos a ausência do companheiro que se vai, ficamos a indagar, no íntimo do ser, se vale a pena chorar a saudade ou cantar as virtudes do ilustre brasileiro que soube ensinar, a todos, os segredos que fazem do homem público criatura digna do respeito e da admiração do povo. Ranieri Mazzilli, paulista de Caconde e descendente de italianos, foi o Deputado que mais vezes se elegeu Presidente da Câmara e o brasileiro que mais vezes assumiu a Presidência da República”.

O Sr. Israel Dias Novaes — “Sr. Presidente, Srs. Deputados, após as palavras informadas e judiciosas do Líder da Arena, Deputado José Bonifácio, creio que me resta pouco a falar sobre o homenageado de hoje.

“Para falar dele, hoje, resolvi valer-me apenas das minhas lembranças pessoais, do que sei dele — e tenho impressão de que sei muito de Ranieri Mazzilli... que pelo nome ainda teria, em tese, de esperar muitos anos para progredir na vida pública — eis que era Paschoal, era Ranieri e era Mazzilli, brasileiro novíssimo, da primeira geração e de certa forma quase o primeiro de São Paulo a destoar dos

400 anos de que o Estado se orgulha — veio para esta Casa trazendo seu italianíssimo nome e seu porte rigorosamente peninsular. Foi a primeira vitória de Paschoal Ranieri Mazzilli: chamar-se assim e presidir a Câmara. Mas para ser Presidente da Câmara, naquele tempo, as maneiras e as formas diferiam das de hoje. Antigamente, os Presidentes, meritórios ou não, não resultavam da vontade impositiva do Poder Executivo: os Presidentes emanavam do Plenário, resultavam da vontade livre, do consenso dos companheiros. Era o Presidente dos Deputados, eleitos pelos Deputados. Autoridade em orçamento, homem consultado pelos adversários e correligionários, todos iam a ele, porque ele oferecia a singularidade de, realmente, entender do assunto da sua Comissão.

“Até que chegamos a 1958, ainda é um ano político. Ainda estávamos em plena História política e democrática brasileira. Então, Paschoal Ranieri Mazzilli, desfavorecido pelo Executivo, que dele se desinteressava e que, por sua vez, se interessava por outro pessedista da Casa — no caso o ilustre Deputado Oliveira Brito — deu ensejo a uma luta no Plenário. De um lado, o candidato da Oposição interna, Paschoal Ranieri Mazzilli, que não tinha tradição política, como foi aqui salientado; de outro, o candidato do Palácio, o candidato do Executivo: Oliveira Brito. Pois surpreendentemente, aquele homem sozinho, aquele candidato de si mesmo e de seus companheiros, aquele homem emergido do Legislativo, foi guindado à Presidência da sua Casa. Mas ninguém imaginava, naquele momento, elegendo o paulista Paschoal Ranieri Mazzilli, que ele não estava sendo eleito pela primeira e única vez. Pelo contrário, instalava-se naquele ano de 1958 uma longa era democrática

nesta Casa, através de sete anos de Presidência de Paschoal Ranieri Mazzilli.

“Houve um instante em que os chefes das três Forças Armadas abordaram Mazzilli e, por escrito, comunicaram-lhe que o Vice-Presidente não seria bem-vindo e não seria empossado. Desembarcasse ele no País, seria preso. A recusa de Mazzilli, o ‘não’ de Mazzilli, foi um ‘não’ que há de ecoar neste País enquanto for soberano. ‘Não’, para quem tentava impor-lhe um cargo que não era dele, eis que não resultara da vontade do povo”¹⁶.

O Sr. Presidente (Herbert Levy) — “Srs. Deputados, os oradores que ocuparam a tribuna já traçaram, com precisão e justiça, o perfil dessa grande figura do Parlamento e da política nacional, o ex-Presidente Deputado Paschoal Ranieri Mazzilli... Encontrei-me pela primeira vez com Paschoal Ranieri Mazzilli próximo das trincheiras que ambos iríamos ocupar em setores diferentes, quando ele e eu, oficiais combatentes da Revolução de 1932 — ele no Batalhão 14 de julho¹⁷ e eu na coluna Romão Gomes — nos mobilizávamos para defesa da Constituição e da democracia brasileira... Foi a saída providencial que — repito — salvou esta Nação da guerra civil iminente.

“A atuação de Ranieri Mazzilli neste episódio será inesquecível, porque ele trabalhou intensamente para remover obstáculos e vencer resistências — devo dizê-lo, por espírito de justiça, com a colaboração do então Chefe da

16. O testemunho do Deputado Israel Dias Novaes, o mais claro de todos a respeito da questão, reporta-se ao episódio por mim já antes narrado com detalhes e referido na nota de rodapé n. 14.

17. Aqui o Deputado Herbert Levy se enganou, pois a unidade a que servia Ranieri era o Batalhão 7 de setembro.

Casa Militar e atual Presidente da República, General Ernesto Geisel, para que a Nação encontrasse a solução política capaz de tirá-la das agruras da guerra civil¹⁸.

“Quando Presidente, dirigiu esta Casa com inteligência, energia e retidão. Sem dúvida é digno de ser apontado como um exemplo, como o fizeram aqueles nobres colegas que já ocuparam a tribuna.

“A Mesa, por meu intermédio, associa-se, de coração, às homenagens que a Câmara dos Deputados hoje presta a Paschoal Ranieri Mazzilli”.

Ainda como homenagem póstuma dedicada a Ranieri, não posso omitir a que lhe foi prestada pela Câmara e Prefeitura de Caconde, dando seu nome à Praça principal da cidade, onde se acha situada a Igreja Matriz.

18. Trata-se de mais uma alusão, agora feita pelo Deputado Herbert Levy, ao mesmo episódio da nota de rodapé n. 14.